



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

244

2.º	PROT. N.º NO D. O. U.
C	14.06.2000
C	ST
Resposta	

Processo : 10660.000856/98-51
Acórdão : 202-11.833

Sessão : 22 de fevereiro de 2000
Recurso : 110.061
Recorrente : AUTOMACO COM. E IMP. LTDA.
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

NORMAS PROCESSUAIS - DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: Será apreciada como manifestação de inconformidade e, assim, inaugurando o litígio administrativo a petição contra decisão de Delegado da Receita Federal que nega pedido de compensação de tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal. **Petição não conhecida.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
AUTOMACO COM. E IMP. LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer da Petição de fls. 48/306, nos termos do voto do Relator.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Helvio Escovedo Barcellos.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2000

Marcos Vinicius Neder de Lima
Presidente

Antônio Carlos Bueno Ribeiro
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros José de Almeida Coelho (Suplente), Tarásio Campelo Borges, Luiz Roberto Domingo, Maria Teresa Martinez López, Ricardo Leite Rodrigues e Oswaldo Tancredo de Oliveira.

Imp/mas



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10660.000856/98-51

Acórdão : 202-11.833

Recurso : 110.061

Recorrente : AUTOMACO COM. E IMP. LTDA.

RELATÓRIO

O presente processo trata de pedido de compensação de créditos decorrentes de recolhimentos ao FINSOCIAL, considerados indevidos, com débitos da COFINS referentes aos meses de julho de 1.997 a janeiro de 1.998.

A Delegacia da Receita Federal em Varginha - MG, mediante a DECISÃO SASIT/DRF/VGA/Nº 10660.501/98 (fls. 42/45), indeferiu o pedido.

Inconformada, a Peticionária ingressou com o expediente de fls. 48/306, encaminhado à guisa de recurso voluntário a este Conselho.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. P. S. / J. P. S. S." It is written in a cursive style with a distinct flourish at the end of each name.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

246

Processo : 10660.000856/98-51

Acórdão : 202-11.833

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO

Conforme relatado, é trazido à apreciação deste Conselho a Petição de fls. 48/306, na qual seu signatário manifesta sua inconformidade quanto à Decisão de fls. 42/45 da Delegacia da Receita Federal em Varginha - MG de ter negado o pedido de compensação de que trata este processo.

A Lei nº 8.748/93, no seu art. 3º, assim diz:

“Art. 3º Compete aos Conselhos de Contribuinte, observada sua competência por matéria e dentro dos limites de alçada fixados pelo Ministro da Fazenda:

I -

II - julgar os recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância, e de decisões de recurso de ofício, nos processos relativos à restituição de impostos e contribuições e o resarcimento de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados.”

Por sua vez, o inciso II do parágrafo único do art. 8º do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, aprovado pela Portaria MF nº 55, de 16.03.98, dispõe:

“Art. 8º Compete ao Segundo Conselho de Contribuintes julgar os recursos de ofício e voluntários de decisões de primeira instância sobre a aplicação da legislação referente a:

(...)

Parágrafo único. Na competência de que trata este artigo, incluem-se os recursos voluntários pertinentes a:

(...)

II – restituição ou compensação dos impostos e contribuições relacionadas nos incisos de I a VII.”

Já o art. 2º da Portaria nº 4.980, de 04.10.94, do Secretario da Receita Federal, que dispõe sobre processos administrativos referentes a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, determina:



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10660.000856/98-51
Acórdão : 202-11.833

“Art. 2º Às Delegacias da Receita Federal de Julgamento compete julgar os processos administrativos, nos quais tenha sido instaurado, tempestivamente, o contraditório, inclusive os referentes à manifestação de inconformidade do contribuinte quanto à decisão dos Delegados da Receita Federal relativa ao indeferimento de solicitação de retificação de declaração de imposto de renda, restituição, compensação, resarcimento, imunidade, suspensão, isenção e redução de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.”

Portanto, é manifesta a supressão da instância de primeiro grau no presente caso (Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Juiz de Fora - MG), o que, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, impõe que a Petição de fls. 48/306 seja apreciada como manifestação de inconformidade da contribuinte contra a decisão que lhe negou o pedido de compensação de que trata este processo, inaugurando, assim, o litígio.

Isto posto, não tomo conhecimento da Petição de fls. 48/306, por falta de base legal para admiti-la como recurso, sendo de encaminhar o processo à repartição de origem para os fins cabíveis.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2000


 ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO